

Cargo: ADVOGADO – ESTATUTÁRIO – NÍVEL SUPERIOR

PROVA ESCRITA (OBJETIVA) – 04/09/2022

Período da MANHÃ

### INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, O candidato deve ler as instruções e verificar se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 40 (QUARENTA) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 40 (QUARENTA) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada uma, sempre na sequência A, B, C e D, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. O saco plástico com os objetos, deverá ser colocado sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala e não pode ser aberto sob pena de eliminação.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de **3 (três) horas** a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. O candidato, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos **60 (SESSENTA)** minutos após o início de sua realização. Após o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos de prova, o candidato poderá retirar-se do local de realização da Prova Objetiva levando consigo o caderno de prova, que contém espaço para anotação do gabarito.
13. **Os DOIS últimos** candidatos de cada sala ficarão retido para assinar, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
14. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

## LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o fragmento de texto abaixo para as questões 01 a 10:

[...] Como comentei na introdução, é comum que alguns autores, embora neguem o uso do “eu”, permitam, entretanto, o uso do “nós”, isto é, o emprego gramatical da primeira pessoa do plural. Devo dizer que acho a opção ainda mais estranha e curiosa do que a proibição anterior.

Penso que tais autores, se sentindo sufocados pela impessoalidade da terceira pessoa gramatical, porém, sem querer ceder à pessoalidade da primeira pessoa do singular, acabem tentando encontrar um meio-termo no “nós”, o que, a meu ver, é mero paliativo. É que, à exceção dos trabalhos elaborados em coautoria, soa muito estranho ler um autor se referindo a si como “nós”. Soa como uma esquizofrenia.

Para tentar justificar esse paliativo, já vi seus defensores argumentando que o uso da primeira pessoa do plural se justifica uma vez que o autor se apoia em diversas pessoas e em suas obras para poder desenvolver um trabalho científico. Assim, tentam fazer crer que o uso do “nós” é uma espécie de reconhecimento à colaboração dos demais autores que serviram de fonte às ideias do autor da pesquisa.

Ora, com todo respeito, trata-se de uma falácia. O argumento da suposta humildade do pesquisador revela-se, na verdade, uma presunção temerosa, que, penso, deve ser evitada. Nada lhe garante que os autores que lhe serviram de fonte de pesquisa chegariam às mesmas conclusões que as suas, ou que foram corretamente interpretados em suas ideias. Em verdade, não cabe ao pesquisador declarar a vontade de suas fontes, apenas interpretá-las com sua própria subjetividade que lhe é peculiar.

Além de gerar um ruído na comunicação, entendo que o uso da primeira pessoa do plural por um indivíduo que elabora sozinho um texto acadêmico representa uma afronta à lógica, já que nada justifica se referir a si como “nós”, quando se está completamente sozinho no ato de escrever. Sendo o caso de ser uma pesquisa que teve ajudantes ou colaboradores, uma forma de valorizar sua participação é torná-los coautores ou mencioná-los diretamente no trabalho. [...]

CERSOSIMO, Samuel Oliveira. O “eu” no trabalho acadêmico: considerações sobre a proibição ao uso da primeira pessoa do singular nos textos científicos. Disponível em: <https://www.academia.edu/>.

01. Considerando a linha argumentativa desenvolvida no texto, assinale a alternativa integralmente CORRETA.

- |    |  |
|----|--|
| A. | Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural é uma opção inadequada por evitar que o pesquisador se sinta sufocado pela impessoalidade da terceira pessoa gramatical. |
| B. | Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural é opção mais adequada do que a primeira pessoa do singular para evitar que o pesquisador comunique uma falsa modéstia.   |
| C. | Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural não é uma opção adequada, haja vista a expressividade subjetiva que subjaz ao uso dessa estratégia linguística.          |
| D. | Na produção de textos de divulgação científica, a primeira pessoa do plural não é uma opção adequada, uma vez que não expressa humildade e, ainda, configura-se como uma afronta à lógica.           |

02. Considerando o conteúdo do texto e as possibilidades de inferências que ele mobiliza, assinale a alternativa correta.

- |    |  |
|----|--|
| A. | O autor entende que, em geral, os pesquisadores, produtores de texto científico, não são humildes, além de não considerarem que o sentido é construído na interlocução entre leitor x texto x autor. |
| B. | O autor entende que o uso da 3ª pessoa pode ser sufocante para os pesquisadores, dificuldade essa que não é adequadamente superada pelo recurso à primeira pessoa do plural.                         |
| C. | O autor entende que fazer ciência é atividade que não pode estar submetida a interpretações subjetivas, já que ela tem por objetivo descrever evidências, e não apresentar ideias particulares.      |
| D. | O autor entende que um texto científico deve se conformar às proposições da Lógica formal, o que permite, mesmo nas Ciências Humanas, que diferentes pesquisadores cheguem às mesmas conclusões.     |

03. Assinale a alternativa INCORRETA.	
A.	As escolhas linguísticas revelam que, nesse texto, o autor não segue a própria tese aí defendida, haja vista a forma como escolhe demarcar a pessoalidade no texto.
B.	Enquanto a expressão adverbial “Para tentar justificar esse paliativo” (3º parágrafo) veicula uma relação de finalidade, a expressão “Como comentei na introdução” (1º parágrafo) é conformativa.
C.	Uma paráfrase semanticamente possível da última oração do 1º parágrafo é: “Usar a primeira pessoa do plural é mais estranho e curioso do que proibir o uso da primeira pessoa do singular”.
D.	A substituição do substantivo “uma falácia” (4º parágrafo) por “um engodo” não resultaria em alteração semântica significativa do texto a ponto de prejudicar a sua coerência global.

04. Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA em relação ao 2º parágrafo.	
A.	Apenas o primeiro período desse parágrafo apresenta uma interpretação subjetiva, o que fica evidenciado pelas expressões “Penso que” e “a meu ver”. Nos últimos dois períodos, o autor recorre à 3ª pessoa, recurso que garante uma interpretação objetiva da realidade.
B.	O pronome “o”, em “o que”, tem função referencial, evitando repetição desnecessária do que se disse anteriormente, no mesmo período. O conteúdo retomado por tal elemento diz respeito àquilo que se predica sobre “tais autores”.
C.	Nesse parágrafo, predomina o uso de verbos conjugados no modo indicativo e no tempo presente, bem como a voz ativa. Tais escolhas linguísticas são recorrentes em textos em que preponderam sequências argumentativas.
D.	A expressão “É que”, embora sintaticamente desnecessária, contribui para a construção da linha argumentativa do texto, uma vez que a asseveração apresenta uma avaliação subjetiva como se fosse verdade; já a expressão “Penso que” explicita tratar-se de uma interpretação subjetiva.

05. Assinale a alternativa que apresenta análise integralmente CORRETA em relação ao uso de vírgulas no trecho a seguir: “Como comentei na introdução, [1] é comum que alguns autores, [2] embora neguem o uso do “eu”, [3] permitam, [4] entretanto, [5] o uso do “nós”, [6] isto é, [7] o emprego gramatical da primeira pessoa do plural.”	
A.	A vírgula [1] tem a mesma função da vírgula [4]: separa oração adverbial deslocada.
B.	A vírgula [6] acaba separando sujeito de predicado, o que fere as regras da língua escrita culta.
C.	As vírgulas [2] e [3] servem para isolar uma oração adverbial intercalada na oração principal.
D.	A exemplo de [5], deveria ocorrer vírgula após a conjunção “embora”.

06. O primeiro período do 2º parágrafo é composto. Assinale a alternativa que apresenta a oração principal desse período.	
A.	Penso que tais autores [...] acabem tentando encontrar um meio-termo no “nós” [...].
B.	[...] o que, a meu ver, é mero paliativo.
C.	Penso que tais autores, se sentindo sufocados pela impessoalidade da terceira pessoa gramatical [...].
D.	[...] porém, sem querer ceder à pessoalidade da primeira pessoa do singular [...].

07. Assinale a alternativa que apresenta uma oração subordinada introduzida por uma conjunção que exige o modo subjuntivo.	
A.	Ora, com todo respeito, trata-se de uma falácia.
B.	[...] quando se está completamente sozinho no ato de escrever.
C.	[...] embora neguem o uso do “eu” [...].
D.	Como comentei na introdução [...].

08. Assinale a alternativa que apresenta uma análise INCORRETA no que tange às relações morfossintáticas de concordância.	
A.	Os adjetivos “estranha” e “curiosa” (1º parágrafo) concordam em gênero e número com o substantivo que modificam: “opção”.
B.	O verbo ‘ser’, em “é torná-los” (5º parágrafo), está conjugado na terceira pessoa do singular para concordar com o núcleo do sujeito: o substantivo “forma”.
C.	O pronome “-los” (5º parágrafo) está flexionado em gênero e número para concordar com os substantivos retomados por esse elemento coesivo: “ajudantes ou colaboradores”.
D.	O pronome “suas” (em “suas ideias”, 4º parágrafo) está flexionado em gênero e número para concordar com o elemento a que faz referência: o substantivo “conclusões”.

09. Assinale a alternativa em que todas as palavras recebem acento gráfico pela mesma regra de acentuação.	
A.	já, ruído, interpretá-las
B.	lógica, acadêmico, científico
C.	própria, ruído, lógica
D.	além, está, às

10. Assinale a alternativa que apresenta uma característica linguística desse texto que NÃO é indicada quando considerado o contexto de Redação Oficial.	
A.	Flexão recorrente do verbo na primeira pessoa do singular para indicar uma interpretação particular do produtor em relação a um tema ou conceito.
B.	O uso de pronomes com função referencial, uma vez que tais elementos geram ambiguidade, o que deve ser evitado na comunicação interna ou externa em repartições públicas.
C.	O uso de períodos compostos, uma vez que tais construções prejudicam a clareza e a concisão necessárias em correspondências oficiais.
D.	O uso de períodos simples, pois tais construções impedem que se apresentem desdobramentos importantes para a comunicação entre setores da Administração Pública.

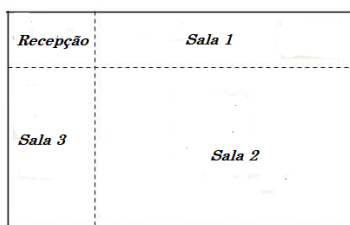
## MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Foram comprados macarrão do tipo espaguete e parafuso. Toda a compra foi entregue em 20 caixas, com 34 pacotes cada uma. Sabendo-se que cada caixa continha 4 embalagens de macarrão do tipo parafuso a mais do que do tipo espaguete, o número de pacotes entregues, de macarrão do tipo parafuso, foi:	
A.	384 pacotes.
B.	480 pacotes.
C.	300 pacotes.
D.	380 pacotes.

12. No mês de janeiro foi realizada uma pesquisa com turistas que visitaram a cidade de Foz do Iguaçu buscando identificar qual o local turístico visitado na cidade que eles mais gostaram. Das pessoas que responderam o questionário, 175 disse que gostou mais do Parque das Aves, 160 pessoas gostaram mais das Cataratas do Iguaçu e 120 pessoas relataram que gostaram mais do Marco das Três Fronteiras. Além disso, 40 pessoas gostaram mais do Parque das Aves e das Cataratas do Iguaçu, 30 pessoas gostaram das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras, 55 pessoas gostaram do Parque das Aves e do Marco das Três Fronteiras e ainda, 20 pessoas disseram que gostaram do Parque das Aves, das Cataratas do Iguaçu e do Marco das Três Fronteiras. Sabendo disto, quantas pessoas gostaram mais, apenas das Cataratas do Iguaçu?

A.	100 pessoas.
B.	110 pessoas.
C.	55 pessoas.
D.	115 pessoas.

13. Um grupo de advogados comprou uma grande sala comercial que tem o formato retangular e a dividiu em quatro cômodos, também retangulares, conforme ilustra a figura abaixo. Sabendo que a área da recepção é igual a  $8\text{m}^2$  e que as áreas das salas 1 e 3 são, respectivamente,  $16\text{m}^2$  e  $12\text{m}^2$ , então a área da sala 2 e a área total deste escritório, em metros quadrados, são respectivamente igual a:



A.	$24\text{ m}^2$ e $40\text{m}^2$ .
B.	$42\text{ m}^2$ e $56\text{ m}^2$ .
C.	$14\text{ m}^2$ e $60\text{m}^2$ .
D.	$24\text{ m}^2$ e $60\text{m}^2$ .

14. Uma piscina tem a forma de um paralelepípedo retangular, cujas medidas são 18 m de comprimento, 15 m de largura e 120 cm de profundidade. A mangueira de água utilizada para encher a piscina tem uma vazão de 900 litros por minuto. Sabendo disso, para encher completamente a piscina serão necessários quantos litros de água e quanto tempo?

A.	224.000 litros e 6 horas.
B.	124.000 litros e 5 horas.
C.	324.000 litros e 6 horas.
D.	324.000 litros e 4 horas.

15. Um supermercado está fazendo uma promoção para conseguir moedas. Quem trazer moedas de R\$ 0,10 ganha um desconto de 5% no valor total de sua compra. As clientes Maria e Marieta chegaram ao mesmo tempo no caixa 1 e 2 respectivamente. Maria trouxe um total de R\$25,20 em moedas, sendo moedas de R\$ 0,10 e de R\$ 0,25 e o número de moedas de 25 centavos era o dobro do número de moedas de 10 centavos. Marieta trouxe um total de R\$ 12,75 em moedas, sendo moedas de R\$ 0,10 e de R\$ 0,25, mas o número de moedas de 25 centavos era o triplo do número de moedas de 10 centavos. Sabendo disso, quantas moedas de R\$ 0,10 o mercado conseguiu com Maria e Marieta?

- |    |            |
|----|------------|
| A. | 57 moedas. |
| B. | 42 moedas. |
| C. | 47 moedas. |
| D. | 15 moedas. |

### CONHECIMENTOS GERAIS, LEGISLAÇÃO

16. O Art. 15, da Lei nº 2.056/2015, que “Dispõe sobre o quadro de pessoal do executivo municipal de Barracão e dá outras providências”, estabelece que os servidores nomeados para os cargos públicos de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficam sujeitos a estágio probatório por prazo ininterrupto de 36 (trinta e seis) meses.

Parágrafo único. No período mencionado no caput deste artigo, as habilidades e a capacidade funcional do servidor serão objeto de avaliação de desempenho, na forma estabelecida em regulamento, observados, entre outros, os seguintes fatores:

- |    |  |
|----|--|
| A. | Assiduidade; Disciplina.                         |
| B. | Capacidade de iniciativa.                        |
| C. | Eficiência; Idoneidade moral.                    |
| D. | Todas as alternativas anteriores estão corretas. |

17. A avaliação de desempenho é o processo que tem por propósito aferir objetivamente o resultado do trabalho efetivo dos servidores, fornecendo subsídios para o planejamento de recursos humanos da administração Municipal. O Art. 24, da Lei nº 2.056/2015, que “Dispõe sobre o quadro de pessoal do executivo municipal de Barracão e dá outras providências”, estabelece que “O servidor cujo desempenho tenha sido avaliado”:

I – Na média ou acima da média progredirá 01 (uma) referência dentro do mesmo nível até alcançar a referência máxima do nível.

II – Abaixo da média permanecerá na mesma referência e em caso de reincidência de preterição submeter-se-á a treinamento e/ou testes psicológicos, ficando à disposição do órgão de pessoal para readaptação ou transferência.

III – Na média ou acima da média progredirá 3 (três) referências dentro do mesmo nível até alcançar a referência máxima do nível.

IV – Abaixo da média progredirá 1 (uma) referência e podendo ser submetido a treinamento e/ou testes psicológicos, ficando à disposição do órgão de pessoal para readaptação ou transferência.

V – Somente os avaliados abaixo da média permanecerão na mesma referência e, em caso de reincidência de preterição, submeter-se-ão a treinamento e/ou testes psicológicos, ficando à disposição do órgão de pessoal para readaptação ou transferência, ou a critério da autoridade municipal exonerá-lo.

São falsos os itens:

A. II, III e V, somente.

B. III, IV e V, somente.

C. I, II e IV, somente.

D. I, III e IV, somente.

18. A ditadura militar no Brasil, acabou no ano de 1985, depois de grandes movimentações políticas, como as manifestações por eleições diretas. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que é também conhecida como:

A. Constituição Cidadã.

B. Constituição Anã.

C. Constituição Verde.

D. Nenhuma das alternativas anteriores.

19. O Art. 16, da Lei nº 1.011/1993, que “Dispõe sobre o regime jurídico único do funcionalismo do município, das autarquias e das fundações municipais de Barracão”, estabelece: Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pelo Diretor do Departamento de Administração, na administração direta e pela autoridade competente nas demais e pelo empossado.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 dias (trinta) dias, a requerimento do interessado.

§ 2º Em se tratando de funcionário em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º A posse não poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 5º No ato da posse, o funcionário apresentará, obrigatoriamente, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º Será tomado sem efeito o ato de provimento, se a posse ocorrer no prazo superior ao previsto no § 1º.

São verdadeiros os §§:

A.	1º, 3º e 6º, somente.
B.	1º, 3º e 5º, somente.
C.	2º, 4º e 5º, somente.
D.	3º, 5º e 6º, somente.

20. Sobre a história da ocupação do Sudoeste paranaense, relatos focam sua atenção quase exclusivamente no período que tange à colonização oficial da região, a partir de 1943, com a criação da: “\_\_\_\_\_”, que possuía o objetivo de instalar no Sudoeste do Paraná famílias de agricultores, provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, os quais são reconhecidos como os “pioneiros” da ocupação humana regional. Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

A.	Marcha do Sul.
B.	CANGO – Colônia Agrícola General Ozório.
C.	Estrada do Colono.
D.	Nenhuma das alternativas anteriores.

### CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO

21. Assinale a alternativa correta.

A.	A cobrança judicial da dívida ativa é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, liquidação, inventário ou arrolamento.
B.	A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos; findo o leilão, se não houver licitante, pelo preço da avaliação ou havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 dias.
C.	Em relação à adjudicação dos bens penhorados, é certo que se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação será deferida pelo juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do juízo, no prazo de 10 (dez) dias.
D.	A Fazenda Pública está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos e a prática dos atos processuais de seu interesse depende de preparo ou prévio depósito e, se vencida, a Fazenda Pública ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária.

22. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em:	
A.	cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
B.	cinco anos, contados da data da fiscalização e autuação tributárias.
C.	dez anos, contados da data da sua constituição definitiva.
D.	dez anos, contados da data da fiscalização e autuação tributárias.

23. Apesar da resistência do Prefeito Municipal, que vetou um projeto apresentado e aprovado pela totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Lei nº X/2022 do Município Y veio a ser promulgada. A Lei nº X/2022 detalhou os requisitos a serem observados pela publicidade comercial veiculada no território municipal e, ainda, dispôs sobre as atribuições da Secretaria Municipal de Ordem Pública, que também criou, para a fiscalização da publicidade. A Lei nº X/2022, do Município Y é:	
A.	constitucional, por dispor sobre matéria de interesse local e sobre a atribuição de órgão municipal.
B.	constitucional, pois os entes federativos têm competência para legislar sobre a matéria, em proteção ao consumidor, e por dispor sobre a atribuição de órgão municipal.
C.	inconstitucional, por apresentar vício de iniciativa, embora disponha sobre matéria de interesse local.
D.	inconstitucional por dispor sobre matéria de competência legislativa privativa da União e apresentar vício de iniciativa.

24. Determinado servidor público do Município Y impetrou mandado de segurança por haver sido reduzido o adicional de insalubridade que lhe era pago. O impetrante tomou ciência da decisão administrativa em 03/01/2022, tendo impetrado o mandado de segurança em 15/08/2021, pois desempenhava as mesmas atividades funcionais e continuava a perceber valor reduzido do adicional. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.	
A.	Não há de se falar em decadência por ser inconstitucional a previsão legal que fixa prazo para a impetração do mandado de segurança.
B.	O mandado de segurança deve ser extinto com resolução de mérito, com a denegação da ordem, ante a ocorrência da decadência do direito.
C.	Não deve ser reconhecida a decadência para impetração do mandado de segurança, por se tratar de relação de trato sucessivo, cuja violação do direito mensalmente se renova.
D.	Inexiste prazo legal para a impetração do mandado de segurança, podendo ser proposta enquanto houver interesse de agir.

25. O Município Y cresceu muito nos últimos anos, atraindo investimentos nos setores industrial e comercial e acirrou a concorrência política durante as eleições. Com o intuito de evitar que a corrupção se institucionalizasse, o Prefeito Municipal resolveu criar mecanismos para reforçar o controle externo do Legislativo e remeteu para a Câmara de Vereadores um projeto de lei de criação de um Tribunal de Contas Municipal, inserido em sua própria estrutura, sediado em um antigo imóvel público. Considerando as normas constitucionais sobre organização do Estado, assinale a alternativa que apresentar uma conclusão correta quanto à atitude do Prefeito Municipal para reforçar o controle externo.	
A.	A criação de Tribunal de Contas municipal somente será possível, por previsão constitucional, se procedimento específico for inserido na Lei Orgânica do Município, sendo reservada à lei complementar sua regulamentação.
B.	A despeito da atitude correta em tentar proteger o erário público, não é possível a criação de Tribunal de Contas Municipal por haver vedação constitucional expressa.
C.	A criação de Tribunal de Contas Municipal é constitucionalmente válida se este for vinculado exclusivamente ao Ministério Público Estadual, sob supervisão do Tribunal de Contas do Estado, sendo institucionalmente autônomo, quanto ao seu patrimônio e bens, do Poder Executivo, que será alvo de fiscalização.
D.	A criação do órgão de contas acima relacionado está de acordo com os ditames constitucionais, sendo válida a sua atuação como auxiliar do controle externo feito pela Câmara de Vereadores.

26. O artigo 169 da CF, prevê que: “A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar”. A LC 101, de 04/05/2000, regulou o art. 169, da CF, prevendo que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida. Nos Municípios o percentual é de:	
A.	50% (cinquenta por cento).
B.	60% (sessenta por cento).
C.	40% (quarenta por cento).
D.	65% (sessenta e cinco por cento).

27. Assinale a alternativa que está em consonância com o disposto na CF no que se refere aos orçamentos.	
A.	O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
B.	Os orçamentos fiscais e de investimento, compatibilizados com a lei do orçamento anual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades regionais, segundo critério populacional.
C.	A lei orçamentária de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
D.	A lei orçamentária anual não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

28. Com base na Lei 13.655/2018, que incluiu, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público, assinale a opção correta.	
A.	Não mais se admitem, nas esferas administrativa, controladora e judicial, decisões baseadas em valores jurídicos abstratos.
B.	Na aplicação de sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos dela provenientes para a administração pública, as circunstâncias, o comportamento da vítima, a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente
C.	A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando este for indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
D.	Quando necessário por razões de segurança jurídica de interesse geral, o ente poderá propor ação declaratória de validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, cuja sentença fará coisa julgada com eficácia erga omnes.

29. Assinale a alternativa correta sobre as preferências e privilégios creditórios, de acordo com as disposições do Código Civil.	
A.	Goza de privilégio especial o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e no anterior.
B.	Em caso de desapropriação de um bem hipotecado, os credores hipotecários perdem os benefícios de sua garantia em relação ao valor da indenização.
C.	Quando concorrerem ao mesmo bem, e por igual título, dois credores com privilégio especial, terá preferência aquele cujo crédito tiver vencimento anterior.
D.	O privilégio especial só compreende os bens sujeitos, por expressa disposição de lei, ao pagamento do crédito que ele favorece.

30. Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, devem ser informados os competentes órgãos	
A.	dos Estados.
B.	da União e do Distrito Federal.
C.	da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
D.	dos Estados e dos Municípios.

31. Acerca da responsabilidade civil, à luz da jurisprudência do STJ, detém legitimidade para pleitear indenização	
A.	pessoa muito próxima afetivamente da vítima do evento danoso, por dano moral reflexo, tornando-se colegitimada para a ação.
B.	vítima que tenha sofrido deformidade física em decorrência de ato ilícito causado por outrem, não sendo possível a cumulação de indenizações por dano estético ou moral.
C.	pessoa jurídica de direito público, por dano moral relativo à ofensa de sua honra ou imagem.
D.	vítima de ato ilícito, por ofensa moral suportada, não sendo possível a transmissão do direito à indenização para qualquer outro indivíduo em caso de morte da vítima.

32. O CPC/2015 reconhece prerrogativas e sujeições no tratamento da Administração Pública. No plano processual, as prerrogativas também podem ser verificadas, em especial na execução contra a Fazenda Pública.	
A.	A apresentação de embargos deve ser precedida da garantia do Juízo, mesmo na qualidade de Fazenda Pública.
B.	A execução por quantia certa contra a Fazenda Pública exige título executivo judicial, inadmitindo título extrajudicial.
C.	Se o credor for preterido no seu direito de preferência, o Presidente do Tribunal ordenará a penhora dos bens necessários à satisfação do crédito.
D.	Na execução de título extrajudicial por quantia certa contra a Fazenda Pública, esta será citada para opor embargos no prazo de 30 dias.

33. Os princípios constitucionais do direito administrativo:	
A.	constam em rol taxativo no <i>caput</i> do art. 37 da CF, que define seus limites e possibilidades.
B.	podem justificar decisões administrativas sem a intermediação da lei, como aconteceu com a interpretação feita pelo CNJ acerca de nepotismo.
C.	podem ser aplicados diretamente pelo gestor público, mas não em sentido contrário à lei, ainda que o interesse público aponte neste sentido.
D.	são imponderáveis, porquanto enunciam máximas fundamentais para a compreensão do direito administrativo.

34. A Lei nº X/2022, do Município Y, autorizou a criação da sociedade de economia mista, com capital majoritário do Município, que tem por objeto exclusivo a atividade de policiamento de trânsito e autuação de infrações, o que se dá em regime não concorrencial. Por entender que a Lei nº X/2022 era contrária ao interesse público, um Partido Político solicitou que parecer sobre a constitucionalidade da Lei nº X/2022, considerando a interpretação prevalecente dos comandos constitucionais aplicáveis à temática. A assessoria respondeu, corretamente, que a Lei nº X/2022 é:	
A.	inconstitucional tanto na parte em que outorga à sociedade de economia mista a atividade descrita, como em relação à delegação do poder de polícia.
B.	inconstitucional apenas em relação à forma de criação da sociedade de economia mista, considerando a atividade a ser desempenhada.
C.	constitucional tanto na parte em que outorga à sociedade de economia mista a atividade descrita, como em relação à delegação do poder de polícia.
D.	constitucional quanto à delegação do poder de polícia e inconstitucional na parte em que outorga à sociedade de economia mista a atividade descrita.

35. Nos termos da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), no que concerne à participação consorciada nos certames licitatórios:	
A.	cada empresa consorciada deve comprovar, isoladamente, os requisitos de habilitação exigidos no edital.
B.	o edital de licitação não poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas em consórcio.
C.	a substituição de consorciado independe de ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.
D.	para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei, não haverá acréscimo sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

36. Para realizar trabalho de conscientização da população quanto aos riscos à saúde causados por determinada enfermidade, será necessário que alguns assistentes administrativos da Fundação de Saúde do Município Y excedam, dentro dos limites legais, a carga horária normal e façam horas extras. A Fundação propôs a compensação de horas extras. De acordo com a CLT, poderá ser dispensado o acréscimo de salário, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, se:	
A.	o excesso de horas, em um dia, for compensado pela correspondente diminuição em outro, de maneira que não exceda, no período máximo de 1 (um) ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.
B.	o excesso de horas, em um dia, for compensado pela correspondente diminuição em outro, de maneira que não exceda, no período máximo de 6 (seis) meses, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.
C.	o excesso de horas, em um dia, for compensado pela correspondente diminuição em outro, de maneira que não exceda, no período máximo de 2 (dois) anos, à soma das jornadas mensais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.
D.	o excesso de horas, em um dia, for compensado pela correspondente diminuição em outro, de maneira que não exceda, no período máximo de 10 (dez) meses, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

37. Os empregados da empresa de coleta de lixo contratada pelo Município Y entraram em greve no dia 03/08/2022, reivindicando melhores condições de trabalho. Considerando a legislação correspondente e o fato de que o movimento grevista foi comunicado ao empregador e aos usuários no dia 02/08/2022, é correto afirmar que a greve	
A.	não é abusiva, pois observada a comunicação com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.
B.	é abusiva, pois não se permite greve em atividades essenciais.
C.	é abusiva, pois não observada a comunicação com a antecedência mínima exigida.
D.	não é abusiva, pois veicula uma pretensão legítima.

38. Um trabalhador laborou 20 anos como professor na da rede privada de ensino, tendo contribuído para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) todo o período. Aos 45 anos de idade, foi aprovado em concurso público e tomou posse no cargo de professor da rede municipal de ensino, tendo passado a contribuir com o regime próprio de previdência do Município Y. Ante a situação, assinale a alternativa correta.	
A.	Poderá averbar o tempo em que contribuiu para o RGPS, a fim de, no futuro, pleitear sua aposentadoria no regime próprio da previdência municipal, bastando, para isso, apresentar a CTPS com o registro do período trabalhado na iniciativa privada.
B.	Poderá averbar o tempo em que contribuiu para o RGPS, a fim de, no futuro, pleitear a aposentadoria no regime próprio da previdência municipal, porém deve apresentar documentação suficiente que comprove o vínculo laboral e os salários de contribuição que serviram de base de cálculo para as contribuições previdenciárias, de modo a permitir a transferência dos respectivos recursos financeiros do regime de origem para o regime instituidor do benefício.
C.	Tem o direito à contagem recíproca dos períodos em que contribuiu para os diferentes regimes de previdência, não se exigindo compensação financeira entre eles, por serem geridos pelo mesmo ente.
D.	Caso decida cumular o citado cargo público com um emprego na rede particular de ensino, deverá renunciar à possibilidade de aposentar-se pelo regime próprio de previdência do município, uma vez que o vínculo com o RGPS será preservado.

39. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Barracão, não são objetivo dos cidadãos do Município:	
A.	construir uma sociedade livre, justa e solidária.
B.	promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, credo, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação.
C.	erradicar a pobreza, a marginalização, o analfabetismo e reduzir as desigualdades sociais nas áreas urbanas e rurais.
D.	zelar pela segurança pública, promover a educação, cultura e o serviço social.

40. De acordo com a Lei 2.056/2015, que dispõe sobre o quadro de pessoal do Executivo Municipal de Barracão, a ascensão funcional, com avanço de níveis dentro do mesmo cargo, não será proporcionada ao servidor efetivo por:	
A.	progressão por qualificação, que consiste na passagem de um nível para o outro, dentro do mesmo cargo, mediante a comprovação de curso de capacitação e/ou qualificação, conforme critérios estabelecidos na Lei 2.056/2015.
B.	progressão Funcional: que consiste na passagem de um nível para outro, dentro do mesmo cargo, mediante avaliação de desempenho, com a primeira progressão somente após aprovação no estágio probatório;
C.	concessão de adicional por tempo de serviço, que consiste em majoração da remuneração à razão de cinco por cento por quinquênio de efetivo exercício, calculado sobre os vencimentos básicos do cargo público ocupado.
D.	promoção, que consiste na passagem de uma classe para outra do cargo que ocupa, respeitada a exigência de habilitação e escolaridade e condicionada à existência de vaga e de acordo com as necessidades da administração.

Ficha de respostas para conferência (CONCURSO DE BARRACÃO - PR – 04/09/2022)  
Acesse o Gabarito Provisório a partir de 05/09/2022

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					